



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG
105952

Em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021 e com o Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

| | |
|------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.1. Dados do Processo | Número do Processo Administrativo no Sei 202400005017089 |
| 1.2. Adequação Orçamentária | A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto Estadual nº 10.207 de janeiro de 2023. |

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

| | |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2.1. Descrição resumida do objeto | Prestação de Serviços - Inscrições para 03 (três) servidores participarem do 11º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, previsto para acontecer dos dias de 17 a 21 de junho de 2024, de forma presencial, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. |
| 2.2. Regime de fornecimento de bens ou serviços | Prestação de Serviços em parcela única, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável). |
| 2.3. Natureza da execução do objeto | Prestação de Serviços: não continuada |
| 2.4. Característica do objeto | Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. |
| 2.5. Instrumento Contratual | A presente contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho. |

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, são os seguintes:

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| 11º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos | |
| Quantidade | 3 |
| Unidade | UN |
| Participação | Ampla Participação |

| | |
|----------------|---------------|
| Valor Unitário | R\$ 4.900,00 |
| Valor Total | R\$ 14.700,00 |

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso - **R\$ 14.700,00 (R\$ Quatorze Mil e Setecentos Reais)** .

3.2.1. Por se tratar de curso de capacitação, o valor estimado da contratação terá como base reajuste no valor aplicado para este ano, o valor informado na página do evento houve um desconto para a administração por ir 03 (três) servidores.

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto Estadual nº 9.900 de julho de 2021.

3.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Inscrições para 03 (três) servidores participarem do 11º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, previsto para acontecer dos dias de 17 a 21 de junho de 2024, de forma presencial, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, composto:

*treinamento presencial, com foco no aprimoramento e a atualização dos profissionais responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos.

*O Contratos Week se destaca por oferecer a maior carga horária sobre contratos administrativos, abordando uma variedade de temas relevantes para nossa atuação, desde a fiscalização de obras públicas até questões relacionadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

*O evento se propõe a discutir não apenas as atualizações normativas pertinentes, mas também a oferecer uma perspectiva prática embasada em entendimentos consolidados pelos órgãos de controle. Essa abordagem é crucial para alinhar nossa prática

cotidiana às melhores diretrizes e evitar possíveis irregularidades.

*O Contratos Week oferece uma visão sistêmica do contrato administrativo e sua relação com as demais etapas do processo de contratação, o que nos permite compreender melhor o contexto em que nossas atividades se inserem e otimizar nossa atuação.

*As palestras técnicas e as oficinas práticas promovidas pelo evento proporcionam uma oportunidade única de capacitação e aperfeiçoamento de nossa equipe, contribuindo para elevar o nível de expertise na gestão e fiscalização de contratos administrativos, conforme cronograma:

| | | |
|--------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dia 17 de Junho de 2024 | 16h00 às 19h:30min | Credenciamento |
| | 19h30 às 20h00 | Abertura do Salão |
| | 20h00 | Cerimônia de Abertura Palestrante: Rudimar Reis |
| Dia 18 de Junho de 2024 | 08h00 às 08h15 | Start do Dia |
| | 08h15 às 10h00 | Padronização de regras contratuais: mera sugestão ou aplicação compulsória? Palestrante: Michelle Marry |
| | 10h00 às 10h30 | Intervalo |
| | 10h30 às 12h30 | Importância da (in)adequada interpretação das normas legais e contratuais Palestrante: Paulo Reis |
| | 12h30 às 14h00 | Almoço |
| | 14h00 às 16h00 | Contratos das Estatais: Regras de direito privado ou solução teratológica? Palestrante: Christianne Stroppa |
| | 16h00 às 16h30 | Intervalo |
| | 16h30 às 18h00 | Planejando uma boa contratação Palestrante: Anderson Pedra |

| | | |
|--------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dia 19 de Junho de 2024 | 08h00 às 10h00 | Oficinas da Manhã |
| | 10h00 às 10h30 | Intervalo |
| | 10h30 às 12h30 | Oficinas da Manhã |
| | 12h30 às 14h00 | Almoço |
| | 14h00 às 16h00 | Oficinas da Tarde |
| | 16h00 às 16h30 | Intervalo |
| | 16h30 às 18h00 | Oficinas da Tarde |
| Dia 20 de Junho de 2024 | 08h00 às 08h15 | Start do Dia Negócios Públicos |
| | 08h15 às 10h00 | O Modelo de gestão do contrato como instrumento definidor dos mecanismos de gerenciamento e controle Palestrante: Lindineide Cardoso |
| | 10h00 às 10h30 | Intervalo |
| | 10h30 às 12h30 | Claúsulas exorbitantes: como exercer a superioridade da Administração na busca pelos melhores resultados? Palestrante: Karine Machado |
| | 12h30 às 14h00 | Almoço |
| | 14h00 às 16h00 | Talk Show Mediadores: Paulo Reis e Lindineide Cardoso |
| | 16h00 às 16h30 | Intervalo |
| | 16h30 às 18h00 | O papel da Alta Administração na implementação de mecanismos essenciais á boa condução dos contratos Palestrante: Paulo Alves |
| | 08h00 às 08h15 | Start do Dia Negócios Públicos |

| | | |
|--------------------------------|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dia 21 de Junho de 2024 | 08h15 às 10h00 | Uma visão macro sobre o apoio da assessoria jurídica e órgãos de controle para evitar risco na execução dos contratos Palestrante: Tatiana Camarão |
| | 10h00 às 10h30 | Intervalo |
| | 10h30 às 12h30 | Modelos de Contratação: quem dita as regras, o mercado ou a administração pública Palestrante: Joel Niebuhr |
| | 12h30 | Encerramento |

Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação de Prestação de Serviços - Inscrições para 03 (três) servidores participarem do 11º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos, previsto para acontecer dos dias de 17 a 21 de junho de 2024, de forma presencial, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

5.2. A contratação do serviço descrito neste estudo é possível pela previsão expressa no art. 74, inciso III, "f", da Lei nº 14.133/2021, especificamente à inscrição de servidores em curso, congressos e atividades afins, comumente conhecidas como pagamento de taxa de inscrição.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

5.3. A presente demanda justifica-se pela necessidade de aprimoramento e aperfeiçoamento dos servidores e a atualização dos profissionais responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos. Em um ambiente onde as normativas e jurisprudências estão em constante evolução, é fundamental que os agentes públicos estejam atualizados para garantir uma gestão eficiente e

em conformidade com as exigências legais.

5.4. Trata-se de um treinamento presencial com foco por meio de palestras e oficinas. A participação na ação educacional aos servidores pode resultar em economia no valor total da ação. Isso se deve ao fato de que esses participantes serão capazes de multiplicar os conhecimentos adquiridos por meio de treinamentos e orientações para suas respectivas unidades.

5.5. O Contratos Week proporciona um ambiente propício para a troca de experiências e networking entre os participantes. A interação com outros profissionais do setor, tanto durante as sessões de palestras e oficinas quanto nos momentos de networking, permite compartilhar boas práticas, desafios comuns e soluções inovadoras, enriquecendo o aprendizado e ampliando as redes de contatos profissionais.

Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

Prazo de entrega ou prestação de serviço:

7.1. O prazo de entrega da prestação de serviço é imediato, conforme programação do Evento.

7.1.1. Caso não seja possível a entrega na data determinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.2. O objeto contratado será prestado no Hotel Mabu em Foz do Iguaçu/PR, dos dias 17 a 21 de Junho de 2024, de forma presencial.

Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

7.3. Os produtos a serem entregues à SEINFRA, diretamente ao Gestor do Contrato/Nota de empenho.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Tópico 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Responsabilidade do Fornecedor

8.1. Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

8.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

8.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

8.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

8.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

8.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

8.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto Estadual nº 10.216 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

8.12. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O objeto contratado será recebido nas seguintes condições:

Recebimento do objeto

9.1. Os ingressos para participação dos servidores serão encaminhados após o encaminhamento da Nota de Empenho ao Fornecedor.

Atesto da execução do objeto

9.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança

equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de atesto da execução do objeto, na forma deste Tópico, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 9.561 de novembro de 2019.

9.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.5. O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

9.6. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR.

9.6.1. O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

9.7. A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes - CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.7.1. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.7.2. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o Cadastro de Inadimplentes - CADIN

estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.7.3. Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

9.7.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

9.7.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

9.7.6. Havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.8. O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a Nota Fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

9.9. O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira - SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

9.10. Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.11.1. o prazo de validade e a data da emissão;

9.11.2. os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;

9.11.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.11.4. o valor a pagar; e

9.11.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Prazo de Pagamento

9.12. O pagamento será realizado de forma Em parcela única no valor total do item/lote efetivamente executado/entregue.

9.13. O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos deste Tópico, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto Estadual nº 9.561 de novembro de 2019.

9.14. A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.15. O Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

9.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.17.1. A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

9.18. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

9.19. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Do reajuste do contrato

9.20. Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

Tópico 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

| | |
|-------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| 10.1. Critério de Julgamento | Menor Preço |
| 10.2. Forma de adjudicação | Por Item |
| 10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio | É não é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio |
| 10.4. Prazo de validade das propostas | 60 |

Exigências de habilitação

10.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás - CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

Subcontratação

10.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

| Responsável | Função | Telefone | Email |
|------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------------|
| SARA ALVES RODRIGUES | Integrante Requisitante | 62 32010000 | sara.rodrigues@goias.gov.br |
| GUSTAVO SILVA OLIVEIRA | Integrante Técnico | 62 32010000 | gustavo.siloliveira@goias.gov.br |

GOIANIA - GO, aos 09 dias do mês de maio de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO SILVA OLIVEIRA, Líder de Área ou Projeto**, em 09/05/2024, às 14:00, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SARA ALVES RODRIGUES, Gerente**, em 09/05/2024, às 14:00, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **60033587** e o código CRC **722D585A**.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE GOIÁS
AVENIDA ANHANGUERA Nº 609, , - Bairro SETOR LESTE
UNIVERSITÁRIO - GOIANIA - GO - CEP 74610-250 - (62)3201-8795.



Referência: Processo
nº 202400005017089



SEI 60033587